

nos mercados. É pensar em mim, para pensar em todas as outras. É multiplicando as inovações em nossas comunidades que nos tornamos mais resilientes.

- Nas comunidades resilientes, além do Fundo Solidário, organizamos Bancos de Sementes Comunitários e promovemos a gestão das Sementes da Paixão adaptadas ao nosso clima, gerimos equipamentos coletivos e fazemos mutirões para armazenamento de forragem, estruturamos equipamentos comunitários de beneficiamento de produtos da agricultura familiar ou de produção de energia justa e descentralizada.

- Não estamos sós. Nós e nossas comunidades estamos articuladas em redes territoriais, fortalecendo relações de solidariedade e um projeto comum.

- Tratar do enfrentamento da crise climática é tratar da segurança e soberania alimentar. É necessário democratizar a regulação dos sistemas alimentares e retomarmos a gestão da produção, da distribuição e do abastecimento de alimentos saudáveis em nossos territórios, assegurando comida de verdade acessível para todas as pessoas.

- A luta dos movimentos populares tem resultado na conquista de políticas públicas de fomento à resiliência climática nos territórios, como o PAA, PNAE, Pronaf, P1MC, P1+2, dentre outras. Contudo, para fortalecer a agricultura familiar camponesa é ainda necessário ampliar, intensificar e diversificar políticas públicas orientadas para a democratização dos bens comuns (terra, água e biodiversidade) e o incentivo à produção de alimentos em qualidade, quantidade e diversidade. A emancipação socioeconômica e política das mulheres, das juventudes e das crianças é condição determinante para o enfrentamento e superação das múltiplas violências patriarcais.

- A participação das mulheres na vida política e em espaços de tomada de decisão é fundamental para o enfrentamento justo e inclusivo da crise climática. Se, por um lado, as mulheres são as mais vulneráveis à crise, também somos nós que, em nossa relação cotidiana com os recursos ambientais, temos produzido e manejado soluções baseadas na biodiversidade, na segurança alimentar, na solidariedade e na ação coletiva.

Nós mulheres não somos vítimas passivas das múltiplas crises que marcam atualmente nossa sociedade. Ao contrário, estamos na linha de frente da busca de soluções. Tampouco estamos sós. Não existe uma solução única para as múltiplas crises que atravessamos, o que temos clareza é que as soluções partem dos próprios territórios. Em 2026, seguiremos unidas e atentas na continuidade do nosso Projeto de Desenvolvimento para a Borborema Agroecológica. E, já adiantamos, tão cedo não vamos parar.

***A gente é diferente. A gente é agricultura familiar.***

Remígio, 12 de março de 2026.



## CARTA POLÍTICA

Celebrando o Dia Internacional das Mulheres, de 2026, nós, mulheres do Território da Borborema, voltamos às ruas de Remígio para realizar a 17ª edição da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Pela quinta vez consecutiva, nos somando às mulheres da ASA PB, da ASA Brasil, da Rede Feminismo e Agroecologia, da Rede ATER-NE, do GT Mulheres da ANA, do Movimento Atingidos pelas Renováveis (MAR), do MST, da Fetag, da Contag e outras tantas mulheres camponesas, quilombolas, indígenas, pescadoras, marisqueiras que, como nós, estão também da luta em defesa de seus territórios contra a ocupação destrutiva de nossos modos e meios de vida pelos megaprojetos de energia eólica.

Como expressão dos avanços que temos alcançado em nossas ações de resistência, no ano passado ocupamos e compartilhamos as ruas com as famílias do nosso território que vivem ao lado do Parque Eólico Serra da Borborema. Essas famílias têm sofrido com os assombros das explosões, das rachaduras em suas casas e nas cisternas, do aumento do tráfego de pessoas e veículos e a degradação das estradas, do cercamento das áreas comuns, do arrendamento dos reservatórios de água e a invasão dos animais silvestres desalojados de seu habitat natural. Neste ano, elas já não conseguem mais dormir com o barulho desnordeador das hélices dos aerogeradores: “Quando falavam, eu não acreditava que fazia tanto barulho, agora passo semanas sem dormir”, confessa um dos moradores vizinhos ao parque.

Como último desdobramento da violência da ocupação, empresas de energia pretendem atualmente transformar as áreas de reserva legal dos assentamentos de reforma agrária da Borborema em parques eólicos. Sob o disfarce do enfrentamento às mudanças climáticas, as empresas propagam que os parques eólicos promovem “baixo impacto” ambiental e, estando na área de reserva, estariam distantes o suficiente das residências, não afetando os sistemas produtivos. Para convencer os assentados dessa falácia, as empresas negociam individualmente com os homens, tentam disseminar informações para desacreditar a resistência das lideranças mulheres e procuram dividir as comunidades, recorrendo também à violência para avançar sobre o território e desorganizar nossos modos e meios de vida.



O que vivemos hoje na Borborema, é vivido também por camponeses, povos e comunidades tradicionais em todo o mundo. A criação de falsas soluções como forma de preservar seus lucros privados e impor altos custos sociais às populações tem sido a resposta das grandes corporações multinacionais às crises econômica e climática por elas mesmas geradas em nível planetário.

Essas empresas ocupam e subjugam os territórios, se empenham em desorganizar os hábitos e a cultura local e privatizam bens comuns das populações. Por trás do discurso do “sustentável”, reproduzem a lógica da produção capitalista e do lucro, sem mudar a essência do sistema econômico. Para manter a lógica permanente de expansão, as grandes empresas vão se apoderando e reconcentrando as terras, mudando seus usos, desregulando os meios de trabalho e os modos de vida, desequilibrando os recursos da natureza e expulsando as pessoas que se aglomeram nas pontas de rua das pequenas cidades, onde já não conseguem viver com dignidade.

Mais uma vez, as populações tradicionais e menos favorecidas tornam-se “zona de sacrifício” para soluções de problemas aos quais não deram origem e que, ao mesmo tempo, penalizam e ameaçam suas vidas. No Brasil, quinto maior emissor mundial de gases de efeito estufa, o modelo de desenvolvimento assentado no agronegócio e nos sistemas alimentares corporativos é hoje responsável pela emissão de cerca de 70% dos gases de efeito estufa no país, resultantes do desmatamento para implementação de vastas áreas de monocultivos ou pastagens, da emissão de gás metano pelos enormes rebanhos de gado e do uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Reivindicamos que:

- A Resolução 462 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) aloque efetivamente o enquadramento dos empreendimentos de energia eólica na esfera federal, não deixando essa atribuição para as empresas estaduais de meio ambiente.
- A garantia dos Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental como instrumentos ordinários do processo de licenciamento.
- Os licenciamentos sejam condicionados à execução de estudos prévios de caráter sociocultural das populações locais, que tais estudos contemplem análises climáticas e dos efeitos sinérgicos da implementação de usinas eólicas e solares contíguas ou no mesmo território.
- A revisão da Instrução Normativa Inkra 112/2021 para que se constitua uma garantia efetiva do cumprimento de seu papel institucional de promoção da reforma agrária e de defesa dos interesses das famílias assentadas. Que em hipótese alguma seja permitida a instalação de empreendimentos de energia em áreas de Reserva Legal dos assentamentos de reforma agrária.

- A garantia da consulta livre, prévia e informada em todos os empreendimentos que atinjam comunidades rurais, assentamentos de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e que a consulta tenha caráter coletivo e vinculante às comunidades afetadas, conforme a Convenção 169 da OIT.

- A proteção jurídica contra contratos de arrendamento abusivos e assimétricos que comprometam a função social da terra

- A garantia da implementação de políticas públicas de geração descentralizada e comunitária de energias renováveis, integrada à produção agroecológica.

Afirmamos que no conflito entre os interesses das grandes corporações promotoras da energia eólica e a vida, as mulheres são as principais vítimas: aprofundam-se a injusta divisão sexual do trabalho, roubam-lhes a participação plena nos espaços coletivos e de decisão, são contaminadas com agrotóxicos suas áreas de produção e expropriadas suas fontes de renda, ao mesmo tempo em que se aprofundam as violências domésticas e territoriais.

Afirmamos vigorosamente que as reais soluções para a mudança da matriz energética atualmente hegemônica passam necessariamente por outro caminho. Não haverá mudança efetiva sem a reversão do padrão do desenvolvimento econômico vigente. Por suas inúmeras qualidades, é necessário que a agricultura familiar camponesa de base agroecológica seja uma firme ancoragem de um novo projeto para o campo e para toda a sociedade.

Aprendemos com a experiência acumulada desde nossos antepassados a lidar com a terra, com a natureza, com a nossa Caatinga e com o clima Semiárido. Nos últimos 30 anos, assumimos a Agroecologia como prática e ciência para a construção da convivência com o semiárido e a promoção da segurança alimentar. Se é no nosso território que estamos vivendo os impactos da crise climática global, é também no nosso chão que encontramos e desenvolvemos muitas das alternativas ajustadas aos novos tempos.

- Antes de tudo, reconhecemos nossos conhecimentos e nossa proatividade na construção de inovações técnicas e socio-organizativas, que fortaleçam nossas economias e melhorem nossas condições materiais de vida. Estamos articuladas em nossas redes de grupos de mulheres, nos quintais produtivos e nos fundos rotativos, em associações e diversas formas autônomas de organização. Apoiamos e fortalecemos nossos Sindicatos, que se mantiveram todos esses anos de portas abertas e prontos para apoiar nossas demandas.

- Por meio dos Fundos Rotativos Solidários exercitamos uma outra economia, fundamentada na solidariedade e na reciprocidade. É nas formas coletivas de ação que construímos condições econômicas para aprimorar e reorganizar nossos sistemas produtivos, expandir e diversificar as infraestruturas de armazenamento de água, forragem, sementes e ampliar nossa participação